

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 30ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Jaguariúna/SP, em 07/12/2023

Relação dos Membros dos Plenários – Presentes	
Entidade	Nome
AAMHOR	Miguel Madalena Milinski
ABCON	Ana Paula F. Abrahão
AEAN	Edmo José Stahl Cardoso
AFOCAPI	José Rodolfo Penatti
ASSEMAE	Marco Antonio dos Santos
	Paulo Roberto S. Tinel
	Maria das Graças Martini
Associação Ambiental Plantar	João José Assumpção de Abreu Demarchi
BOSS	Sidney José da Rosa
CETESB	Maria da Penha de Oliveira Alencar
CIESP – DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno
CIESP – DR Campinas	Jorge Antônio Mercanti
CIESP – DR Indaiatuba	Alexandre Luis Almeida
FIESP	Vilella
Consórcio PCJ	Francisco Carlos C. Lahóz
	Flávio Forti Stenico
COPASA	Ana Paula Moreira de Faria
DAEE	Felipe Gobet de Aguiar
	Sarah Janaína M. Quental
FIEMG	Priscila Gonçalves Couto Sette Moreira
Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar Francisco
IEF	Raquel Junqueira Costa (p/p André Luiz Sanchez Navarro)
	Raquel Eliana Metzner
IPSA-C	Rodrigo Hajjar Francisco
Melhoramentos Florestal	David Figueiredo Barros do Prado (p/p Sidney José da Rosa)
P.M. de Camanducaia	Giovanna Caldeira de Souza (p/p André Luiz Sanchez Navarro)
P.M. de Campinas	Dário Jorge Giolo Saadi (p/p Marco Antônio Santos)
P.M. de Cordeirópolis	José Adinan Otolan (p/p Silvio da Silva)
P.M. de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel
P.M. de Iracemápolis	Nelita C. M. Franceschini (p/p Rodrigo Portela Dias Valdanha)

	Rodrigo Portela Dias Valdanha
P.M. de Itapeva	Gabriel Augusto Campos (p/p Sidney José da Rosa)
P.M. de Jaguariúna	Marcio Gustavo Bernardes Reis (p/p Silvana Turolla Broleze)
P.M. de Jundiá	Martim de França S. Ribeiro
P.M. de Mogi Mirim	Evandro Antônio Trentin
P.M. de Piracicaba	Luciano Santos Tavares de Almeida
P.M. de Rio Claro	Gustavo Ramos Perissinotto (p/p Osmar da Silva Júnior)
P.M. de Santo Antônio de Posse	João Leandro Lolli (p/p Alice Bortolotto Valsechi)
P.M. de São Pedro	José Rubens Franço
P.M. de Toledo	Damião Aparecido do Couto (p/p Sidney José da Rosa)
P.M. de Vinhedo	Dario Pacheco de Moraes (p/p Mara Leteliane Leite Reis)
SAAESP	José Rubens Franço
SABESP	Hélio Rubens G. Figueiredo
Sec. de Agricultura e Abastecimento	Henrique Bellinaso
	Denis Herisson da Silva
SEMIL	André Luiz Sanchez Navarro
	Caroline Túbero Bacchin
Sindicato Rural de Limeira	Nilton Piccin
Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi
USP	Sérgio Nascimento Duarte

Relação dos Membros dos Plenários com Ausência Justificada	
Entidade	Nome
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Vera Lucia Hidalgo Secco
P.M. de Americana	Carlos Cesar Gimenez Zappia
P.M. de Limeira	Simone Fernanda Zambuzi
Sindicato Rural de Campinas	Luís Fernando Amaral Binda
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Rachel Landgraf de Siqueira

5 Ao sétimo dia do mês de dezembro de 2023, no auditório da Embrapa Meio Ambiente, localizada à Avenida Guido Tozzi, sem número, Bairro Tanquinho Velho, município de Jaguariúna/SP, foi realizada a 30ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), registrando-se a participação de 118 (cento e dezoito) pessoas, entre representantes dos municípios, das organizações civis, dos usuários de recursos hídricos,

10 dos Governos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, e do Governo Federal, conforme “Relação dos Membros dos Plenários - Presentes” apresentada acima e do público em geral, registrados em livro de presença próprio. 1. **Composição da mesa dirigente.** Após a recepção dos presentes, a mesa dirigente dos trabalhos foi composta conforme segue: Sr. Luciano Santos Tavares de Almeida, Prefeito Municipal de Piracicaba/SP e

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 30ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Jaguariúna/SP, em 07/12/2023

Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL; Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL; Sr. Sidney José da Rosa, representante da Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras de Santana (BIOSS), 1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL e Presidente do CBH-PJ1; Sr. Marco Antonio dos Santos, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE), Vice-presidente do CBH-PCJ e Vice-presidente do PCJ FEDERAL; Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ e o Sr. Robson Barison, Assessor de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa Meio Ambiente. 2. **Abertura.** Dando início à reunião, os componentes da mesa tomaram seus lugares e foram convidados a ouvir e cantar o Hino Nacional Brasileiro. 2.1. **Saudações iniciais dos membros da mesa.** Na sequência, o cerimonial passou a palavra para: o Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, que cumprimentou e desejou uma boa reunião a todos; o Sr. Marco Antonio dos Santos, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE), Vice-presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL e ao Sr. Sidney José da Rosa, representante da Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras de Santana (BIOSS), 1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL e Presidente do CBH-PJ1, que cumprimentaram a todos da mesa, bem como os representantes de municípios e os demais participantes, desejando uma excelente e profícua reunião; o Sr. Luciano Santos Tavares de Almeida, Prefeito Municipal de Piracicaba/SP e Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, desejou um excelente trabalho a todos e declarou aberta a reunião. Em seguida, o mestre de cerimônias concedeu a palavra ao Sr. Robson Barison, que cumprimentou os presentes na Embrapa Meio Ambiente, estendendo as boas-vindas e desejando a todos um dia extremamente produtivo. Com autorização da diretoria dos Comitês PCJ, o Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, Sr. André Luiz Sanches Navarro, deu as boas-vindas aos presentes, nominou os órgãos e as entidades representadas na reunião e confirmou a existência de quórum nos três comitês. O Sr. André Navarro, antes de dar início aos trabalhos, comunicou que conforme acordado na reunião do Segmento “Órgãos do Governo”, ocorrido por meio de videoconferência, em 30/10/2023, por motivos pessoais ele se afastará do cargo de Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, passando, na data da 30ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, a função ao Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) do Estado de São Paulo. Isto posto, o Sr. André convidou o Sr. Denis a compor a mesa diretiva que em seguida, realizou uma breve apresentação pessoal, na qual explanou sobre sua trajetória acadêmica e profissional.

75 Após, o Sr. André apresentou a pauta da reunião, questionando aos membros se havia alguma consideração sobre o seu conteúdo. Não havendo manifestações, a pauta foi considerada aprovada por unanimidade e deu início aos trabalhos. 3. **Assuntos a deliberar.** 3.1. **Apreciação de minuta de deliberação que elege e empossa o Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explanou que em 30/10/2023, por meio de videoconferência, ocorreu a reunião do Segmento “Órgãos de Governo” dos plenários do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL e, de forma unânime, aprovaram a nomeação do Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) do Estado de São Paulo, para exercer as funções de Secretário-executivo do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL, em substituição ao Sr. André, que deixará o cargo por motivos pessoais e familiares. Em seguida, o Sr. André abriu a palavra para manifestação dos presentes e não havendo submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 458/23, de 07/12/2023, que elege e empossa Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, indica representante para o Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas, e dá outras providências, à votação, a qual foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Sr. Denis solicitou que o Sr. André conduzisse a reunião. 3.2. **Aprovação da ata da 29ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), realizada em 13/09/2023, por videoconferência.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de São Paulo, questionou aos membros sobre a necessidade de leitura da minuta de ata da 29ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), realizada em 13/09/2023, por videoconferência. A leitura foi dispensada por unanimidade e o Sr. André abriu a palavra para manifestações sobre o seu conteúdo. Não havendo manifestações, a minuta foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. 3.3. **Referendo de atos dos Presidentes dos Comitês PCJ.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de São Paulo, explanou que em virtude da necessidade de atendimento a prazos e demandas urgentes dos Comitês PCJ, podem ser emitidas deliberações *ad referendum* pelos presidentes, anteriormente à apreciação da matéria pelos plenários, devendo ser posteriormente referendadas. O Sr. André informou que foram emitidas três deliberações *ad referendum* que demandam referendo dos plenários. Dando prosseguimento, passou ao detalhamento das deliberações *ad referendum* a serem referendadas: a) **Deliberação ad referendum dos Comitês PCJ nº 455/23, de 16/10/2023.** O Sr. André

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 30ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Jaguariúna/SP, em 07/12/2023

Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de São Paulo, explanou sobre a Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 455/23, de 16/10/2023, a qual aprova o Ato Convocatório para Chamamento Público de Projetos nº 001/2023, que define critérios gerais para a aplicação dos recursos da Cobrança PCJ Federal pelo uso dos recursos hídricos nas Bacias PCJ, referentes ao exercício de 2024, na temática de saneamento, e dá outras providências; **b) Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 456/23, de 16/10/2023.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de São Paulo, explanou sobre a Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 456/23, de 16/10/2023, que aprova o Ato Convocatório para Chamamento Público de Projetos nº 002/2023, que define critérios gerais para a aplicação de recursos da Cobrança PCJ Federal pelo uso dos recursos hídricos nas Bacias PCJ, referentes ao exercício de 2024, na temática de proteção e conservação dos recursos hídricos, e dá outras providências; **c) Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 457/23, de 16/10/2023.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de São Paulo, explanou sobre a Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 457/23, de 16/10/2023, que dispõe sobre indicação de área no âmbito do Programa I da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ - Política de mananciais PCJ, para contratação com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União - Cobrança PCJ Federal, referente ao exercício 2023; e **d) Aprovação da minuta.** Posteriormente aos esclarecimentos sobre os conteúdos das deliberações *ad referendum*, foi aberta a palavra para manifestações dos presentes e não havendo, o Sr. André colocou a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 459/23, de 07/12/2023, que referenda os atos dos Presidentes dos Comitês PCJ, à votação, a qual foi aprovada por unanimidade. **3.4. Apreciação de minuta de deliberação que altera o Plano de Ação e Programa de Investimentos - PA/PI para a gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ para o quadriênio 2024 a 2027.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de São Paulo, contextualizou que os recursos da Cobrança Paulista, são operacionalizados por meio do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO). O Sr. André expôs que, para a operacionalização dos recursos financeiros oriundos da cobrança Paulista, os Comitês PCJ validam a cada 4 (quatro) anos o Plano de Ação e Programa de Investimentos (PA/PI). Em vista as discussões realizadas na 91ª Reunião Ordinária da CT-PL, ocorrida em 09/11/2023, no município de Jundiá/SP, foi informado sobre a necessidade do aumento de desembolso de recursos financeiros oriundos da cobrança Federal,

resultando em uma proposta de atualização do Plano de Aplicação Plurianual das Bacias PCJ (PAP-PCJ) para a inclusão do investimento e custeio de obras. Em seguida, o Sr. André esclareceu que é necessário alterar as ações previstas no Plano de Ação e Programas de Investimentos, qualificadas como “outras fontes”, pois o PA/PI foi aprovado previamente sem essa perspectiva. Na sequência, o Sr. André informou que foi essencial incorporar a categoria “cobrança estadual” na descrição de diversas ações vinculadas a obras, no PA/PI, para o período de 2024 a 2027. Além disso, destacou a oportunidade para os proponentes apresentarem propostas relacionadas a obras. Após breve contextualização sobre o assunto, o Sr. André passou a palavra ao Sr. Diogo Bernardo Pedrozo, Coordenador de Projetos da Fundação Agência das Bacia PCJ, o qual deu início a sua apresentação. O Sr. Diogo iniciou sua apresentação reforçando que o período do PA/PI a ser discutido refere-se ao quadriênio 2024-2027, previsto no Plano de Recursos Hídricos PCJ 2020-2035. As ações atribuídas se dividem em períodos de execução, integrados ao orçamento estadual (Paulista) e Federal. O Sr. Diogo citou sobre as Deliberações do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH), abordando em especial a Deliberação CRH nº 246/2021, que norteia o planejamento através dos Planos de Duração Continuada (PDCs), considerando quais são as aplicações dos instrumentos previstos na Política Estadual de Recursos Hídricos, bem como a Deliberação CRH nº 254/2021, que aprova critérios para priorização de investimentos pelos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) nas indicações ao FEHIDRO e a Deliberação CRH nº 275/2022, a qual aprova critérios, prazos e procedimentos para elaboração e atualização dos Planos de Recursos Hídricos das Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHs). Dando continuidade, o Sr. Diogo informou que as obras inicialmente previstas como “outras fontes - a definir” no Plano de Recursos Hídricos, passaram a ser acrescentadas à cobrança Paulista. Ressaltou que o assunto foi apreciado pela Câmara Técnica de Plano de Bacias (CT-PB), durante sua 102ª Reunião Ordinária, realizada em 31/10/2023. Explicou que as fontes de recurso financeiros que os Comitês PCJ tem são provenientes do FEHIDRO (o qual está incluso cobrança Paulista e a Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica - CFURH) e a cobrança Federal. O Sr. Diogo pontuou que dentro dos recursos do FEHIDRO existem as modalidades reembolsável e não reembolsável, ressaltando que apenas na cobrança estadual é operado o recurso reembolsável, possibilitando melhor remanejamento. Demonstrou, através de uma tabela descritiva quais as ações irão receber aporte financeiro no quadriênio que irá se iniciar, citando, por exemplo, ações como “Implantação das Estações de Tratamento de Esgoto - ETEs projetadas e melhorias das ETEs existentes”, que receberá um valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais); “Implantação

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 30ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Jaguariúna/SP, em 07/12/2023

das melhorias das ETEs projetadas e retrofit de ETEs
250 para remoção de nutrientes”, que também receberá a
mesma quantia e outras 3 (três) ações, que pertencem ao
SubPDC - “Esgotamento sanitário”, totalizando um valor
realocado em torno de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões
de reais). Na sequência, o Sr. Diogo ressaltou que os
255 valores foram realocados com base nas experiências de
anos anteriores. Em seguida, o Sr. André abriu para
manifestação dos presentes e não havendo, submeteu a
minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 460/23, de
07/12/2023, que altera o Plano de Ação e o Programa de
260 Investimentos - PA/PI para a gestão dos recursos hídricos
nas Bacias PCJ, quadriênio 2024 a 2027, e dá outras
providências, à votação, a qual foi aprovada por
unanimidade. **3.5. Apreciação de minuta de
265 deliberação que reti-ratifica a Deliberação dos
Comitês PCJ nº 448/23, de 29/06/2023, que define
cronograma e regras para seleção de
empreendimentos de Demanda Priorizada, na
temática de saneamento, visando à indicação para
obtenção de financiamento com recursos da
270 Cobrança PCJ Paulista pelo uso dos recursos hídricos
e da Compensação Financeira pela Utilização dos
Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia
Elétrica (CFURH), referente aos orçamentos de 2024
a 2027.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante
275 da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e
Logística (SEMIL) do Estado de São Paulo, fez uma
breve contextualização sobre o assunto e passou a palavra
ao Sr. Diogo Bernardo Pedrozo, Coordenador de Projetos
da Fundação Agência das Bacia PCJ. O Sr. Diogo
280 explicou sobre a necessidade de reti-ratificação da
Deliberação dos Comitês PCJ nº 448/23, de 29/06/2023,
considerando que a alteração do Plano de Ação e
Programa de Investimentos (PA/PI), para o quadriênio
2024 a 2027, que passou a disponibilizar recursos do
285 Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) para
aplicação em ações estruturais (obras), visando desta
forma adequar o edital para o financiamento. O Sr. Diogo
fez uma breve apresentação ilustrando as alterações
realizadas na minuta de deliberação voltada para o
290 custeio de obras. Na sequência, o Sr. André abriu para
manifestação dos presentes e não havendo, submeteu a
minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 448/23, de
29/06/2023, reti-ratificada em 07/12/2023, que define
cronograma e regras para seleção de empreendimentos de
295 Demanda Priorizada, na temática de saneamento, visando
à indicação para obtenção de financiamento com recursos
da Cobrança PCJ Paulista pelo uso dos recursos hídricos
e da Compensação Financeira pela Utilização dos
Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia
300 Elétrica (CFURH), referente aos orçamentos de 2024 a
2027, e dá outras providências, à votação, sendo
aprovada por unanimidade. **3.6. Apreciação de minuta
de deliberação que aprova o Plano de Execução
Orçamentária Anual das Bacias Hidrográficas dos
305 Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – POA-PCJ para
o exercício 2024.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro,

representante da Secretaria de Meio Ambiente,
Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de São
Paulo, informou que o presente item de pauta trata da
310 minuta de deliberação dos Comitês PCJ que aprova o
Plano de Execução Orçamentária Anual das Bacias
Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá
(POA-PCJ), para o exercício 2024. Em seguida, explanou
que devido ao Contrato de Gestão nº 033/ANA/2020,
315 celebrado entre a Fundação Agência das Bacias PCJ e a
Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
(ANA), com interveniência dos Comitês PCJ, ficou
estabelecido que anualmente a Fundação Agência das
Bacias PCJ deve elaborar o POA-PCJ, instrumento
320 orçamentário, vinculado ao Plano de Aplicação
Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba,
Capivari e Jundiá (PAP-PCJ), quadriênio 2021-2025.
Em seguida, o Sr. André passou a palavra para o Sr.
Diogo Bernardo Pedrozo, Coordenador de Projetos da
325 Fundação Agência das Bacia PCJ, que informou sobre a
integração entre os instrumentos de gestão iniciando pelo
Plano de Recursos Hídricos, que se desdobra para o Plano
de Aplicação Plurianual (PAP-PCJ) e, conforme o nível
de informações é ampliado, desmembrando-se para o
330 Plano de Execução Orçamentário Anual (POA-PCJ),
sendo ainda mais detalhado no Plano Anual de
Contratações (PAC-PCJ), que se refere a descrição do
objeto final que será contratado. O Sr. Diogo lembrou
aos membros participantes que, na 58ª Reunião
335 Extraordinária da CT-PL, realizada em 16/10/2023,
foram atualizadas as informações referentes ao PAP-PCJ,
para o período 2023-2025. Prosseguindo, o Sr. Diogo
apresentou os ajustes e complementação dos valores para
o ano de 2024 do POA-PCJ, explicando que o ajuste
340 inflacionário da ação contínua é da ordem de 3,84% (três
e oitenta e quatro centésimos por cento), sendo que o
“saldo” do fundo reembolsável é de R\$ 3.005.477,99
(três milhões, cinco mil, quatrocentos e setenta e sete
reais e noventa e nove centavos), além do rendimento
345 referente ao pagamento realizado pela Companhia de
Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP),
de aproximadamente R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de
reais). Dos ajustes mencionados, também foi destacado o
remanejamento de recursos entre subações e o aporte de
350 recursos em subações novas e já existentes. O Sr. Diogo
prosseguiu a apresentação informando os valores dos
investimentos previstos para cada finalidade do POA-
PCJ, exercício 2024. Para a finalidade “gestão de
recursos hídricos”, que anteriormente apresentava maior
355 aporte de recurso financeiro, seu investimento para 2024
será de R\$19.800.304,36 (dezenove milhões, oitocentos
mil, trezentos e quatro reais e trinta e seis centavos). Já a
finalidade “agenda setorial” passou a ser a finalidade de
maior aporte de recurso financeiro, pois as obras e
360 serviços foram incluídos e seu orçamento passou a ser de
R\$ 23.343.698,19 (vinte e três milhões, trezentos e
quarenta e três mil, seiscentos e noventa e oito reais e
dezenove centavos). As finalidades “Apoio ao CBH” e
“Manutenção do CBH e ED” tem investimentos

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 30ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Jaguariúna/SP, em 07/12/2023

365 respectivamente de R\$ 6.783.174,36 (seis milhões,
setecentos e oitenta e três mil, cento e setenta e quatro
reais e trinta e seis centavos) e R\$ 2.600.788,74 (dois
milhões, seiscentos mil, setecentos e oitenta e oito reais e
setenta e quatro centavos). Assim, as finalidades do
370 POA-PCJ, para o exercício 2024, tiveram um valor total
de investimento de R\$ 52.527.965,63 (cinquenta e dois
milhões, quinhentos e vinte e sete mil, novecentos e
sessenta e cinco reais e sessenta e três centavos). O Sr.
375 Diogo prosseguiu descrevendo as ações relacionadas
para cada finalidade, bem como os recursos financeiros
previstos. Apresentou de forma mais detalhada os valores
individuais das ações referente a finalidade “agenda
setorial”, pois nela estão dispostas as ações voltadas para
obras. Em seguida, como exemplo, citou as ações
380 “Estudos, planos, projetos ou obras para implantação,
expansão e adequação de sistemas de drenagem urbana”,
com valor previsto de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil
reais); “Estudos, planos, projetos ou obras para
implantação, expansão e adequação de sistemas de
385 efluentes domésticos”, com valor previsto de R\$
18.243.698,20 (dezoito milhões, duzentos e quarenta e
três mil, seiscentos e noventa e oito reais e vinte
centavos), dentre outras ações dispostas nessa finalidade.
Na sequência, o Sr. Diogo encerrou a apresentação e
390 passou a palavra ao Sr. André, o qual abriu para
esclarecimentos e manifestações dos membros presentes.
Não havendo mais manifestações, o Sr. André submeteu
a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 461/23, de
07/12/2023, que aprova o Plano de Execução
395 Orçamentária Anual das Bacias Hidrográficas dos Rios
Piracicaba, Capivari e Jundiá - POA-PCJ para o
exercício 2024 e dá outras providências, à votação, sendo
aprovada por unanimidade. **3.7. Apreciação de minuta
de deliberação que aprova o plano de trabalho e
400 proposta orçamentária anual da Fundação Agência
das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba,
Capivari e Jundiá para o exercício 2024.** O Sr. André
Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de
Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do
405 Estado de São Paulo, contextualizou o assunto
informando que a Fundação Agência das Bacias PCJ tem
a sua disposição, para atender as demandas de custeio e
estrutura, 10% (dez por cento) dos recursos provenientes
da cobrança Paulista e 7,5% (sete e meio por cento) dos
410 recursos provenientes da cobrança Federal. Anualmente
a Fundação Agência das Bacias PCJ elabora o Plano de
Trabalho (PT) e Proposta Orçamentária para serem
encaminhados para apreciação e aprovação aos
Conselhos Deliberativo (CD) e Fiscal (CF) da Fundação
415 Agência das Bacias PCJ. Conforme informado pelo Sr.
André, o CF, reunido em 31/10/2023, no Auditório do
Museu da Água de Piracicaba/SP, analisou o Plano de
Trabalho e Proposta Orçamentária de 2024 e recomendou
a aprovação para o CD. Por sua vez, o CD, reunido em
420 01/11/2023, no Anfiteatro da Biblioteca Municipal de
Piracicaba/SP, aprovou o Plano de Trabalho e Proposta
Orçamentária de 2024. Após breve contextualização, o

Sr. André passou a palavra para o Sr. Sergio Razera,
Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ.
425 Este iniciou sua contribuição explicando que todos os
contratos realizados pela Fundação Agência das Bacias
PCJ precisam ser devidamente documentados. Nesse
contexto hierárquico, observa-se o Plano de Bacias PCJ,
com uma vigência de 15 (quinze) anos, seguido pelo
430 Plano de Aplicação Plurianual (PAP), que abrange um
período de 05 (cinco) anos. Na sequência, encontra-se o
Plano de Execução Orçamentária Anual (POA), com uma
durabilidade de 01 (um) ano, seguido, por sua vez, pelo
Plano Anual de Contratação (PAC). Após breve
435 contextualização, o Sr. Sergio Razera passou a palavra ao
Sr. Ivens de Oliveira, Diretor Administrativo e
Financeiro da Fundação Agência das Bacias PCJ, que
iniciou sua apresentação destacando que o PT representa
um nível mais específico de detalhamento do Plano de
440 Aplicação Plurianual (PAP-PCJ). Ressaltou que cada
área da Fundação Agência das Bacias PCJ estrutura seu
Plano de Trabalho com base nas ações delineadas no
Plano de Execução Orçamentária Anual (POA-PCJ) e no
Plano Anual de Contratação (PAC-PCJ). Em seguida, o
445 Sr. Ivens informou a existência de novos contratos
destinados ao PT 2024, visando fornecer suporte à
revisão do Plano de Bacias PCJ e destacou que algumas
contratações estão em progresso. Na sequência, o Sr.
Ivens abordou as atividades institucionais que constituem
450 a rotina, ressaltando que estas permanecem incorporadas
no Plano de Trabalho para o ano de 2024. O Sr. Ivens
informou sobre as novas ações que estão sendo
executadas, para cada setor da Fundação Agência das
Bacias PCJ, exemplificou iniciando pela Diretoria da
455 Fundação Agência das Bacias PCJ, citou ações
“Elaboração do Planejamento Estratégico 2024 - 2027”,
“Implementação do Plano de Integridade da Fundação
Agência das Bacias PCJ” e ações em andamento, como
a “Coordenação do Plano de Ação Auditoria ANA”,
460 entre outras. Referente a Assessoria de Comunicação da
Fundação Agência das Bacias PCJ, o Sr. Ivens destacou
como novas ações o “Acompanhamento da contratação
de empresa para atividades de assessoria de imprensa e
comunicação institucional para os CBHs da Bacia do Rio
465 Tietê” e “Produção de conteúdo estratégico de
comunicação no ambiente online dos canais digitais dos
Comitês PCJ e Fundação Agência das Bacias PCJ”, bem
como citou ações que já estão em andamento. Para a
Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos
470 Hídricos, dentre as novas ações listadas, o Sr. Ivens
destacou a contratação de empresa para o
desenvolvimento de um novo site dos Comitês PCJ e a
ação “Projeto Comitê Digital”. Citou também, as ações
exitosas que já foram implantadas e estão em andamento
475 da Secretaria Executiva. Em relação a Coordenação de
Projetos, dentre as novas ações enfatizou o “Estudo
hidrogeológico para avaliação de áreas de restrição e
controle nas Bacias PCJ”. Em seguida, o Sr. Ivens
abordou os fatos relevantes sobre os recursos financeiros
480 do Contrato de Gestão da ANA, demonstrando

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 30ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Jaguariúna/SP, em 07/12/2023

graficamente os valores em caixa e desembolso anual para os cenários dos meses de agosto e outubro, dos anos de 2020 a 2025. Mencionou como relevante o montante de R\$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) destinado a obras e serviços de engenharia, conforme definido no Plano das Bacias PCJ, para o exercício de 2024. Ressaltou sobre a alteração da metodologia de desembolso dos projetos, cujo agente financeiro é a Caixa Econômica Federal (CEF). Informou sobre o Ofício nº 03/2023/SAS-ANA-IS, datado de 05/10/2023, que trata sobre a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União (cobrança Federal) nas Bacias PCJ, esclarecendo sobre a não emissão de boletos da cobrança Federal em 2024. Detalhou que o usuário utilizará o recurso hídrico ao longo de todo o ano de 2024, sendo o boleto emitido no ano seguinte, ou seja, em 2025. Com esse cenário de não arrecadação da Cobrança Federal, exercício de 2024, o Sr. Ivens comentou que a Fundação Agência das Bacias PCJ terá arrecadação reduzida. Com isso, finalizou a apresentação e passou a palavra ao Sr. André, o qual deu abertura aos membros para questionamentos e esclarecimentos. O Sr. Luciano Santos Tavares de Almeida, Prefeito Municipal de Piracicaba/SP e Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL apontou alguns exemplos de recursos provenientes de financiamento da Caixa Econômica Federal, destacando a importância de realizar uma avaliação inicial. Ele ressaltou que, existem casos em que se a medição não é realizada, pode impactar negativamente o progresso do projeto. O Sr. Marco Antonio dos Santos, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE), Vice-presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL, abordou a questão dos recursos financeiros provenientes de projetos financiáveis pela Caixa Econômica Federal. Em seguida, o Sr. André retomou a palavra, esclarecendo que se trata de fundos reembolsáveis, e não de fundos perdidos. Assim, após a manifestação dos demais presentes, o Sr. André submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 462/23, de 07/12/2023, que aprova plano de trabalho e proposta orçamentária anual da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - exercício 2024 e dá outras providências, à votação, sendo aprovada por unanimidade. **3.8. Apreciação de minuta de deliberação que aprova o orçamento das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ para o ano de 2024.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de São Paulo, contextualizou o assunto em pauta informando aos membros que anualmente os Comitês PCJ aprovam o orçamento para as Câmaras Técnicas baseando-se no Plano de Trabalho e ressaltou que, para o ano de 2024, foi concedido um período maior para organização do orçamento referente a categoria “Despesas para organização de eventos”. Assim, após apresentar o cenário, o Sr. André passou a palavra ao Sr.

Tiago Valentim Georgette, Assessor Técnico da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Fundação Agência das Bacias PCJ, o qual deu início a apresentação. O Sr. Tiago iniciou ressaltando que o orçamento total apresentado atende todas as 11 (onze) Câmaras Técnicas (CTs) temáticas e, portanto, não se aplica a Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), pois esta possui outras fontes de custeio. Dando continuidade, informou que a aprovação do Plano de Trabalho foi prorrogada para ocorrer na primeira reunião plenária de 2024, tendo em vista que as despesas para organização de eventos, até a data da 91ª Reunião Ordinária da CT-PL, estavam sendo discutidos no âmbito das Câmaras Técnicas. Em seguida, o Sr. Tiago deu continuidade explicando que o orçamento é formado por 3 (três) grupos, sendo enquadrado como “Grupo I” as despesas relacionadas a viagens, o “Grupo II” compõe as despesas com organização de reunião de Câmaras Técnicas e o “Grupo III” é composto pelas despesas para organização de eventos. Todos os recursos estão inseridos na fonte de recursos do PAP-PCJ 2021-2025. Dando continuidade, o Sr. Tiago apresentou as principais mudanças, pontuando o reajuste das diárias, conforme Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 411/22, de 05/08/2022, e citou sobre o cronograma de reuniões presenciais previsto pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 421/22, de 04/10/2022. Das mudanças ocorridas, o Sr. Tiago citou que referente as reuniões presenciais estão sendo consideradas 2 (duas) reuniões plenárias e 2 (duas) reuniões da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL). A mudança principal, segundo o Sr. Tiago, se deu no âmbito das reuniões dos Grupos de Trabalho (GTs), estes ficaram com 1 (uma) reunião presencial do Grupo de Trabalho Empreendimentos (GT-Empreendimentos) e 1 (uma) reunião presencial do Grupo de Trabalho para a Integração de Ações das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ (GT-Integração), sendo as demais reuniões realizadas por videoconferência. Além dessas alterações, o Sr. Tiago citou que haverá disponibilização de valores para participação em eventos técnicos de membros das CTs, mediante aprovação pela respectiva CT e autorização da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, bem como da diretoria da Fundação Agência das Bacias PCJ. Na sequência, o Sr. Tiago detalhou sobre o grupo de despesa para cada uma das CTs, abrangendo apenas as despesas referente ao “Grupo I” e “Grupo II”, informando que o valor total proposto para o ano de 2024 é de R\$ 288.929,34 (duzentos e oitenta e oito mil, novecentos e vinte e nove reais e trinta e quatro centavos). Enfatizou que o orçamento previsto no PAP-PCJ 2021-2025 é de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), porém tendo em vista o que foi discutido, considerando que o orçamento foi reduzido devido às despesas relacionadas ao “Grupo III” (organização de eventos) não estarem contempladas, o valor final, até abril de 2024, ficará reduzido. Após a explanação do Sr. Tiago, o Sr. André abriu a palavra aos participantes presentes e não havendo, submeteu a minuta de

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 30ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Jaguariúna/SP, em 07/12/2023

600 Deliberação dos Comitês PCJ nº 463/23, de 07/12/2023, que aprova o Orçamento das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ para o ano de 2024, e dá outras providências, à votação, sendo aprovada por unanimidade. **3.9. Apreciação de minuta de deliberação que aprova o Planejamento Anual de Atividades - PAA dos Comitês PCJ para o ano de 2024.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de São Paulo, apresentou o tema em pauta informando que desde o início do Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA, com interveniência dos Comitês PCJ, a Fundação Agência das Bacias PCJ deve elaborar, anualmente, o “Planejamento Anual de Atividades - PAA do CBH e de suas instâncias”, conforme as diretrizes do planejamento estratégico e em conformidade com as orientações dos Plenários e Diretoria dos Comitês PCJ. Essa formalização consta do contrato de gestão, onde é solicitado a definição de cronograma, para balizar o indicador que avalia o atendimento ao planejamento das ações dos Comitês PCJ. O indicador é subdividido em reuniões realizadas e reuniões planejadas, contabilizando uma nota para atendimento ao planejamento. Portanto, conforme citado pelo Sr. André, foi elaborado o ofício da Fundação Agência das Bacias PCJ nº 178/2023, de 25/10/2023, no qual está disposto a proposta do PAA dos Comitês PCJ, para o exercício de 2024. Após os esclarecimentos e não havendo manifestações, o Sr. André submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 464/23, de 07/12/2023, que aprova o Planejamento Anual de Atividades - PAA dos Comitês PCJ, para o ano de 2024, à votação, sendo aprovada por unanimidade. **4. Informes. 4.1. Diretoria dos Comitês PCJ.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de São Paulo, informou que: **a)** o Portal de Capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), está com inscrições abertas para diversos cursos na área de gestão de recursos hídricos e assuntos correlatos. Os cursos são gratuitos, de curta duração e com a emissão de certificados (link: <https://capacitacao.ana.gov.br/cursos>). Solicitou que após a realização dos cursos os representantes devem encaminhar os certificados para a Secretaria Executiva para registro em banco de dados; **b)** nos dias 22, 23 e 24 de novembro ocorreu o V Sustentare & VIII WIPIS, evento científico realizado em conjunto com a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Escola de Engenharia de São Carlos e o Grupo de Trabalho “Indicadores e Monitoramento” das Câmaras Técnicas de Proteção e Conservação dos Recursos Naturais (CT-RN) e de Integração e Difusão de Pesquisas Tecnológicas (CT-ID); **c)** no dia 30 de novembro, ocorreu o V Seminário de Áreas Protegidas das Bacias PCJ, realizado pela Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN) em parceria com

655 a Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA), na Coordenadoria de Assistência Técnica Integral de Campinas (CATI-Campinas), no qual foi abordado os planos municipais de Mata Atlântica e Cerrado, bem como elaboração de propostas em comunicação e educação ambiental para a conservação dos recursos hídricos e das áreas protegidas das Bacias PCJ; **d)** em 28 de novembro ocorreu a 12ª Reunião das Secretarias Executivas dos Comitês de Bacias Hidrográficas da Bacia do Rio Tietê, através de videoconferência, na qual foram abordados assuntos como: situação dos empreendimentos FEHIDRO indicados pelos CBHs PCJ e SMT, a renovação da composição dos GTs, a participação dos representantes dos CBHs da Bacia do Rio Tietê no Fórum de Integração das Ações de Recuperação do Rio Tietê (FIAR-Tietê) da SEMIL e a alteração na coordenação do Grupo de CBHs da Baía do Rio Tietê; **e)** Deliberação Normativa CERH-MG nº 81/2023, de 27/10/2023, que prorroga o mandato dos membros e da diretoria do CBH-PJ1 até 30 de abril de 2024, ressaltando que o processo eleitoral está em curso e deve se encerrar após publicação de ato governamental, dando posse aos representantes dos membros eleitos para o mandato 2024-2027; **f)** o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) lançou os editais de licitação para a retomada das obras das barragens de Pedreira e Duas Pontes, pois as obras estão previstas para serem retomadas no primeiro semestre de 2024 (para acompanhar os próximos passos, acesse: <https://www.daeepedreiraeduaspontes.com.br/>); **g)** em 18 de novembro o CBH-PCJ (Comitê Paulista) celebrou seu 30º aniversário de instalação, com evento técnico realizado em 17 de novembro: “Avanços e Perspectivas na Gestão dos Recursos Hídricos” e no dia 18 de novembro o evento festivo; e **h)** foi publicado no Diário Oficial - Poder Legislativo, em 01 de novembro de 2023, a promulgação da Lei nº 17.828, que denomina a ponte PTC 138/348, localizada no km 138+150m da Rodovia dos Bandeirantes, como “Engenheiro Luiz Roberto Moretti”. **4.2. Agência das Bacias PCJ.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de São Paulo, passou a palavra para a Sra. Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi, Diretora Técnica da Fundação Agência das Bacias PCJ, que cumprimentou a todos e informou que: **a)** nos dias 17 e 18 de outubro ocorreu em Brasília/DF, na Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), o Encontro Anual das Entidades Delegatárias, com a participação da Fundação Agência das Bacias PCJ; **b)** em 30 de outubro e 1º de novembro, ocorreram respectivamente as reuniões dos Conselhos Fiscal (CF) e Deliberativo (CD) da Fundação Agência das Bacias PCJ, nos auditórios do Museu da Água e da Biblioteca Municipal; **c)** no dia 08 de novembro, no centro de pós-graduação da Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba (FUMEP), tomaram posse os membros do Conselho Deliberativo e Fiscal da Fundação Agência das Bacias PCJ, para o biênio 2023-

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 30ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Jaguariúna/SP, em 07/12/2023

2025, reelegendo o Diretor-presidente, Sr. Sergio Razera, e aprovando as indicações do Sr. Ivens de Oliveira para a
715 Diretoria Administrativa e Financeira e a Sra. Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi para a Diretoria Técnica; **d)** em 10 de outubro, o coordenador de Sistemas de Informação da Fundação Agência das Bacias PCJ, Sr. Eduardo Cuoco Léo, participou da 4ª Reunião do
720 Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBHs), no município do Rio de Janeiro/RJ; **e)** durante o quarto trimestre do ano de 2023, nos município de Piracicaba, Jundiaí, Campinas e Bragança Paulista, foram realizadas oficinas regionais
725 para sensibilização, visando a utilização dos recursos disponíveis no FEHIDRO, para saneamento, nas quais foram abordadas conteúdos como Plano de Bacias PCJ, etapas do processo de seleção de empreendimentos no novo modelo “Fluxo Contínuo”, esclarecimentos sobre
730 as etapas de análise, adequação técnica e financeira, indicação e contratação; **f)** no dia 22 de novembro, no auditório da Biblioteca Municipal de Piracicaba, ocorreu a Oficina de Capacitação para os Editais de Proteção de Mananciais da Fundação Agência das Bacias PCJ,
735 realizada pela equipe da Assessoria Ambiental com a participação da equipe da Coordenação de Sistemas de Informação (CSI), com o objetivo de auxiliar e esclarecer representantes de municípios a realizar suas inscrições nos editais abertos para obtenção de recursos destinados
740 à ações de proteção e conservação dos mananciais; **g)** no dia 23 de novembro, no Centro de Convenções de Serra Negra/SP, participaram do Painel “PSA - Pagamento por Serviços Ambientais”, do IV Fórum Brasil de Gestão Ambiental (FBGA), como mediador, o Engenheiro
745 Agrônomo e Coordenador-adjunto da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural) dos Comitês PCJ, Sr. Denis Herisson da Silva, além da presença da Diretora Técnica da Fundação Agência das Bacias PCJ, Sra. Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi; **h)** em 06 de dezembro ocorreu de forma online, com transmissão pelo canal do YouTube da Fundação Agência da Bacias PCJ, a Audiência Pública referente ao Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Capivari (PMD-BHC) ([link: https://www.youtube.com/watch?v=ntkWywOOzUw](https://www.youtube.com/watch?v=ntkWywOOzUw));
755 **i)** na sequência, o Sr. Ivens de Oliveira, Diretor Administrativo e Financeiro da Fundação Agência das Bacias PCJ, informou que no dia 17 de outubro ocorreu em Campinas/SP, no Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP-Campinas), a 2ª Oficina de Trabalho do Estudo de Aperfeiçoamento das Cobranças PCJ, com o objetivo de aprofundar as discussões iniciadas na 1ª Oficina e coletar subsídios para elaboração de propostas de atualização dos mecanismos e valores vigentes; **j)** no
760 dia 16 de novembro foi realizada a Missão Internacional, com representantes do consulado francês, do escritório Internacional da Águas, da Agência das Bacias Loire-Bretagne (França) e da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP),
770 referente ao projeto de Monitoramento de Águas

Residuárias Urbanas (MARU) ([link: https://www.oieau-wiss.org/maru-br/](https://www.oieau-wiss.org/maru-br/)); **k)** foram realizados 04 (quatro) cursos de capacitação, visando a atualização profissional de técnicos operadores de Estação de Tratamento de
775 Água (ETA) e de Esgoto (ETE), localizados nas Bacias PCJ, por meio da Escola da Água e Saneamento, em colaboração com Consórcio PCJ, Comitês PCJ e da Fundação Agência das Bacias PCJ; e **l)** a Fundação Agência das Bacias PCJ, em conjunto com os Comitês
780 PCJ, apresentaram a “Revista Gestão das Bacias PCJ 2023 - ano base 2022”, com dados, informações e relatos de forma resumida, lúdica e interativa sobre diversos assuntos do tema recursos hídricos. **4.3. Membros dos Plenários.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de São Paulo, abriu para manifestação dos membros presentes: **a)** o Sr. Alexandre Luis Almeida Vilella, representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e Coordenador da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH), apresentou informações do Sistema Cantareira (SC). O Sr. Alexandre iniciou a apresentação detalhando as informações sobre o período seco do ano de 2023 e as expectativas para o ano de 2024.
785 Durante a apresentação, foram abordadas questões relevantes, como a outorga do SC, cuja validade se estende até maio de 2027, conforme estabelecido pela Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 925/2017, de 29 maio de 2017. De forma resumida, o Sr. Alexandre delineou a gestão operacional do SC e destacou a definição de dois períodos hidrológicos cruciais para a operação: o período úmido, compreendido de 1º de dezembro de um ano a 31 de maio do ano seguinte, e o período seco, abrangendo de 1º de junho a 30 de novembro do mesmo ano. Nesses períodos, as responsabilidades operacionais são distribuídas entre os órgãos gestores, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) e os Comitês PCJ. Dando prosseguimento à apresentação, o Sr. Alexandre discorreu sobre os Rios Atibaia, Jaguari e Piracicaba, influenciados diretamente pelo SC. Informou sobre o tempo de trânsito dos rios, que podem variar de 4 (quatro) horas a 22 (vinte e dois) dias, ressaltando a complexidade e a interconexão dos processos hidrológicos na região. O
800 Sr. Alexandre também abordou a rede telemétrica das Bacias PCJ, destacando sua importância ao fornecer informações relevantes para a tomada de decisão. Enfatizou que essa plataforma tem registrado um considerável aumento de acesso, indicando um crescente interesse público por esse conteúdo específico. Apontou que em 2023 foram expedidos 29 (vinte e nove) comunicados, que resultaram em 59 (cinquenta e nove) manobras de abertura e fechamento do SC, sendo utilizado 76% (setenta e seis por cento) do volume total,
805 destinado às Bacias PCJ, do período de 01/06/2023 a 31/11/2023, ficando com um saldo de 24% (vinte e quatro por cento) para o ano de 2024, sendo uma vazão média utilizada de 7,58m³/s. Complementou a

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 30ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Jaguariúna/SP, em 07/12/2023

830 apresentação compartilhando algumas estimativas de
cenários futuros, fundamentadas em dados dos anos
anteriores e utilizando informações do Centro Nacional
de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais
(CEMADEN). Essas projeções oferecem uma visão
prospectiva, permitindo antecipar possíveis cenários
835 críticos para o abastecimento dos municípios
dependentes do SC. Para finalizar, o Sr. Alexandre
divulgou sobre as estações automáticas Atibaia e
Bragança Paulista que serão instaladas no Rio Atibaia e
no Rio Jaguari, bem como a instalação de câmeras no
840 “Posto Piracaia Captação” e “Posto Piracaia Centro”. O
Sr. Alexandre abriu para perguntas e manifestações. O
Sr. Luciano Santos Tavares de Almeida, Prefeito
Municipal de Piracicaba/SP e Presidente do CBH-PCJ e
do PCJ FEDERAL, questionou sobre a possibilidade de
845 inclusão de um ponto de monitoramento hidrológico no
Rio Corumbataí. Em seguida, o Sr. Alexandre respondeu
informando que o Rio Corumbataí, atualmente, possui 4
(quatro) estações de monitoramento; **b)** na sequência, o
Sr. Felipe Gobet de Aguiar, Diretor da Diretoria da Bacia
850 do Médio Tietê (DAEE/BMT) fez uma breve
apresentação referente às fiscalizações e outorgas das
Bacias PCJ. O Sr. Felipe iniciou a apresentação
informando o total de requerimentos submetidos para
análise em 2023, 5.557 (cinco mil quinhentos e cinquenta

855 e sete), dentre os quais são pedidos para captações
subterrâneas, captações superficiais, lançamentos e
demais interferências. Ressaltou que nas Bacias PCJ, o
Sistema de Declaração das Condições de Uso de
Captações (SiDeCC) possui 4.273 (quatro mil duzentos
860 e setenta e três) usuários ativos. Em seguida, o Sr. Felipe
apresentou um mapa ilustrativo que evidenciava o
progresso no monitoramento dos usos por meio do
SiDeCC. Comparou os dados, apontando que em 2019,
havia 1.858 (mil oitocentos e cinquenta e oito) usos
865 monitorados, enquanto em 2023, esse número aumentou
significativamente para 6.524 (seis mil quinhentos e vinte
e quatro) usos, indicando uma expansão notável no
acompanhamento das atividades relacionadas à gestão
hídrica. No âmbito das fiscalizações em campo, nas
870 Bacias PCJ foram fiscalizados 1.765 (mil setecentos e
sessenta e cinco) usuários (até 30/11/2023) e nas
fiscalizações provenientes do SiDeCC-R foram
fiscalizados 13 (treze) usuários. Para finalizar, o Sr.
Felipe abordou sobre as demandas de atendimento das
875 Bacias PCJ, sendo ouvidoria, com um total de 147 (cento
e quarenta e sete) demandas atendidas, além de
atendimentos ao público. **5. Encerramento.** Nada mais
havendo a tratar, o Sr. André agradeceu a participação de
todos e, com a autorização dos Presidentes dos Comitês
880 PCJ, deu por encerrada a reunião.

(assinado digitalmente)

SIDNEY JOSÉ DA ROSA

Presidente do CBH-PJ1 e 1º Vice-presidente
do PCJ FEDERAL

(assinado digitalmente)

LUCIANO SANTOS TAVARES DE ALMEIDA

Presidente do CBH-PCJ e
do PCJ FEDERAL

(assinado digitalmente)

DAMIÃO APARECIDO DO COUTO

Secretário-executivo do CBH-PJ1

(assinado digitalmente)

DENIS HERISSON DA SILVA

Secretário-executivo do CBH-PCJ e
do PCJ FEDERAL